

Cenários políticos-afetivos da mulher negra em contextos pós-coloniais: uma análise interseccional sobre obras de Buchi Emecheta /

Political-affective scenarios of black women in post-colonial contexts: an intersectional analysis of Buchi Emecheta's works

Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior Mendes*

Doutora em Letras. Professora adjunta da Universidade Federal da Paraíba.

 <https://orcid.org/0000-0003-1970-0165>

Ana Clara Velloso Borges Pereira**

Graduanda em Letras pela Universidade Federal da Paraíba.

 <https://orcid.org/0000-0003-2268-7774>

Recebido em: 07 out. 2021. Aprovado em: 23 jan. 2022.

Como citar este artigo:

MENDES, Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior; PEREIRA, Ana Clara Velloso Borges. Cenários políticos-afetivos da mulher negra em contextos pós-coloniais: uma análise interseccional sobre obras de Buchi Emecheta. *Revista Letras Raras*, v. 11, n. 1, p. 10-23, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8354093>

RESUMO

O presente estudo almeja investigar, à luz das teorias interseccionais e dos estudos de gênero, quais opressões atingem as mulheres nigerianas retratadas pela escritora Buchi Emecheta nos romances *As alegrias da maternidade* (1979) e *Cidadã de Segunda Classe* (1974). Tal análise permite observar os efeitos do pós-colonialismo, da maternidade, do casamento e da raça na vida das personagens Nnu Ego e Adah, que saem de suas comunidades originárias em busca de melhores condições de vida em contextos urbanos. Visando a fundamentar as observações dispostas no artigo, foram utilizadas como principais aportes bibliográficos Crenshaw (1989), Hill Collins (2000), Kilomba (2019) e Hudson-Weems (2019). Ao alinhar os referenciais teóricos ao texto literário, o estudo busca compreender também as nuances transculturais que se apresentam nas narrativas de autoras africanas. Diante dessas duas narrativas, a importância do artigo é justificada pela necessidade de combater os estigmas sociais e antropológicos impostos às mulheres africanas.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento interseccional. Buchi Emecheta. *As alegrias da maternidade*. *Cidadã de Segunda Classe*.

ABSTRACT

*

 mepsmm@academico.ufpb.br

**

 claravellosob@gmail.com

*This study aims to investigate, from the perspective of intersectional theories and gender studies, what oppressions affect Nigerian women portrayed by writer Buchi Emecheta in the novels *The Joys of Motherhood* (1979) and *Second Class Citizen* (1974). Such analysis allows us to observe the effects of post-colonialism, motherhood, marriage and race on the lives of the characters Nnu Ego and Adah, who leave their original communities trying to conquer better living conditions in urban contexts. In order to substantiate the observations set out in the article, Crenshaw (1989), Hill Collins (2000), Kilomba (2019) and Hudson-Weems (2019) were used as main bibliographic contributions. By aligning the theoretical references with the literary text, this study also seeks to understand the cross-cultural nuances that are presented in the narratives of African authors. Through these two narratives, the importance of the article is justified by the need to combat the social and anthropological stigmas imposed to African women.*

KEYWORDS: Intersectional theories. Buchi Emecheta. *The Joys of Motherhood*. *Second Class Citizen*.

1 Considerações iniciais

A análise de textos literários que atravessam fronteiras culturais permite compreender melhor os costumes e os valores de outros povos. Nesse sentido, desbravar as páginas da escritora Buchi Emecheta confere a oportunidade de identificar os contextos culturais da mulher nigeriana, os problemas advindos de sua inserção em sociedades discriminatórias e sua relação com a maternidade. Por essa razão, o objetivo do presente artigo é contrastar as experiências vividas pelas protagonistas de duas obras da autora, *As alegrias da maternidade*, publicada em 1979, e *Cidadã de Segunda Classe*, publicada em 1974, levando em consideração a pobreza, as relações familiares e os efeitos do colonialismo.

Para isso, serão utilizadas como aporte teórico as contribuições de Crenshaw (1989), Hill Collins (2000), Kilomba (2019), Hudson-Weems (2019) e a própria Emecheta (1988). Desse modo, os estudos interseccionais se apresentam como uma alternativa importante para descentralizar as epistemologias do norte para o sul global, permitindo problematizar os efeitos deletérios do colonialismo na vida dos povos africanos, especialmente das mulheres. O debate pertinente às ideias interseccionais e sua relação com a narrativa será retomado na seção posterior.

A autora das narrativas, Buchi Emecheta, nasceu em Lagos, capital da Nigéria, e firmou uma escrita comprometida com a desconstrução dos estereótipos imputados às mulheres africanas. Teve uma infância muito pobre, mas ao ver seu irmão frequentar a escola, insistiu para também receber educação formal. Recebeu bolsa de estudos em uma escola de elite, mas seu sucesso intelectual foi acompanhado por mais uma perda familiar, com a morte de sua mãe. Aos 11 anos, tornou-se noiva de um homem com quem viveu um casamento abusivo. Conforme conta no texto *Feminism with a Small 'f'*, por não aceitar que Emecheta escrevesse, seu então marido destruiu o primeiro manuscrito da autora. Mesmo assim, Emecheta não desistiu da Literatura.

Em *As alegrias da maternidade* (2018), a personagem Nnu Ego, filha de um grande líder tribal, fracassa em sucessivas tentativas de engravidar. Devido a isso, após ser constrangida em sua comunidade, é enviada como esposa para um homem em Lagos, capital da Nigéria. Já no outro romance em tela, *Cidadã de Segunda Classe* (2018), Adah é uma mulher estudiosa, mas cujas oportunidades são limitadas por causa de sua raça e seu gênero. Em busca de uma vida melhor, traça estratégias para imigrar da Nigéria para a Inglaterra. A experiência londrina de Adah, contudo, é marcada por racismo e xenofobia, opressões com as quais ela precisa lidar, somadas ao marido violento e à responsabilidade de criar seus filhos sem uma rede de apoio.

Perante essas narrativas, a análise irá começar com uma investigação para elucidar se as experiências de Nnu Ego e Adah são as mesmas e quais tipos de opressão atingem essas mulheres. Em um segundo momento, o artigo abordará como e por quais razões os papéis de mãe e esposa, embora às vezes desejado, aprisiona essas mulheres, sob a luz de uma sociedade pós-colonial e de outra estrangeira. Por fim, será observado como as escritoras africanas lutam para se desvencilharem da representação monolítica feita acerca de si na produção literária do ocidente, através da valorização de sua ancestralidade.

2 Feminismos interseccionais e representações literárias

O percurso histórico dos feminismos tradicionais permitiu uma série de conquistas de direitos para as mulheres, como o sufrágio universal, acesso à educação superior, salários equiparados aos homens, direitos reprodutivos e punição mais rigorosa para crimes como o feminicídio – mas não para todas elas. A profusão de olhares teóricos e da movimentação prática em prol das causas femininas, originalmente, privilegiou mulheres brancas, ocidentais e heterossexuais. Diante de tal segregação, surgiu a necessidade de feminismos negros para ampliar a abrangência da luta feminista. Nesse contexto, no século XIX, Sojourner Truth, mulher que foi escravizada por quarenta anos, tornou-se um símbolo das lutas abolicionistas e pelos direitos das mulheres após sua libertação. Seu célebre discurso *Ain't I a Woman* ainda é lembrado por evidenciar disparidades de raça e gênero.

Ao longo do século XX, as discussões sobre o que, mais tarde, seria conhecido como Interseccionalidade, desenvolveram-se a partir de debates de feministas negras, que não se viam representadas no movimento feminista, elitista e excludente, que era reverberado nos Estados

Unidos dos anos de 1970. Dentre as pensadoras, citamos em destaque o Coletivo Combahee River Collective, encabeçado por Barbara Smith. Em um panorama histórico, mais tarde, às discussões e aos protestos contra a guerra do Vietnã, foram somadas outras causas, como a exclusão das feministas negras por suas contrapartes brancas. A discriminação dentro do movimento foi também uma bandeira levantada por outras autoras do país como Angela Davis, bell hooks e Patricia Hill-Collins.

Nesse sentido, a advogada estadunidense Kimberlé Crenshaw debruçou-se sobre casos em que machismo e racismo não foram suficientes para justificar a discriminação, como o da General Motors contratando mulheres brancas e homens negros, mas não mulheres negras. Crenshaw (1989) defendeu que mulheres negras são excluídas tanto da teoria feminista quanto dos discursos antirracistas, porque o conjunto de vivências delas reflete em opressões interseccionais de raça, classe e gênero. Para a autora, as consequências dessas exclusões não possuem solução fácil, visto que a experiência interseccional é mais impactante do que meramente a soma do racismo e sexismo.

Ainda, Crenshaw (1989) aponta a invisibilidade da discriminação interseccional em contextos de forças econômicas, culturais e sociais que afetam a mulher e colocam-na em outros sistemas de subordinação. Então, devido à habitualidade, essa estrutura de opressões permanece obscurecida, enquanto apenas as discriminações mais evidentes e imediatas são percebidas. Ou seja: em alguns casos, será possível perceber, por exemplo, o racismo – mas não sua expressão que atinge as mulheres negras de forma mais significativa do que os homens negros.

Tais tratamentos injustos são manifestados para Nnu Ego, personagem principal do romance *As alegrias da maternidade* (2018). Nnu Ego pertence ao grupo étnico igbo e, caso seguisse o caminho esperado para uma mulher de sua sociedade, seria considerada bem-sucedida. Nnu Ego já possuía algumas vantagens, posto que é filha de um grande líder tribal e seu primeiro marido detém uma posição de destaque. Todavia, ao não conseguir engravidar, sente-se humilhada por sua comunidade. Afinal, a principal função de uma mulher, naquela cultura, é reprodutiva. Então, quando não corresponde à performance idealizada sobre o papel de mãe, torna-se inútil para os seus pares.

Nesse contexto, é possível observar a gama interseccional de discriminações invisíveis propostas por Crenshaw (1989), visto que a exclusão sofrida por Nnu Ego não é questionada.

Embora Nnu Ego devesse gozar de privilégios por ser a primeira esposa, até seu próprio marido lhe trata mal, unicamente por não ter lhe dado filhos ainda, conforme o seguinte excerto:

“O que você quer que eu faça?”, perguntou Amatokwu. “Sou um homem ocupado. Não tenho tempo para desperdiçar minha preciosa semente masculina com uma mulher estéril. Tenho de criar filhos para minha linhagem. Se você realmente quer saber, você já não me atrai. É seca e arisca. Quando um homem procura uma mulher, quer ser acolhido com carinho, e não arranhado por uma mulher nervosa que é puro osso”. (EMECHETA, 2018, p. 47)

Com o intuito de lhe proporcionar um recomeço, a família de origem envia Nnu Ego para Lagos, capital da Nigéria, onde se casará com outro homem. Vale ressaltar que ela sequer conheceu o futuro marido, que foi escolhido por seus parentes após uma visita do irmão dele. A personagem chega em Lagos sem o cortejo esperado por uma noiva e sem o acompanhamento da família, atos que são simbólicos para o matrimônio em sua cultura. Além disso, quando conhece o marido, sofre grande decepção, porque ele está distante dos padrões de masculinidade almejados: possui um ofício pouco prestigioso, má aparência e não demonstra afeto. Todavia, com ele, consegue engravidar, e por alcançar tal feito, é tida como gloriosa em sua cultura – mesmo que suas condições de vida sejam insalubres.

Nessa nova realidade, a infelicidade de Nnu Ego é afetada também por tomar conhecimento de novas formas de discriminação. Se em sua comunidade originária, prevalecia o apagamento da discriminação interseccional proposta por Crenshaw (1989), quando casa com Nnaife e vai morar em Lagos, Nnu Ego sofre novos abusos por ser mulher e negra, como a violência doméstica. Como agravante, há também a perda de sua rede de apoio, já que se encontra sozinha em uma cidade estranha. Além disso, também precisa trabalhar fora de casa para sustentar sua família, que torna-se numerosa e não conta com um marido presente. Então, situada na maior cidade de seu país e com necessidades de subsistência, as múltiplas opressões sobre Nnu Ego tornam-se evidentes.

Em *Cidadã de Segunda Classe* (2018), as opressões interseccionais sobre a protagonista, Adah, também ganham maiores proporções quando ela sai de sua terra natal. Todavia, se as vivências de Nnu Ego são impactadas pelo colonialismo, as de Adah são afetadas pela imigração. Adah sempre foi uma mulher estudiosa, chegando a ocupar um cargo no Consulado Americano na Nigéria. Casou com Francis, um homem mediano, como estratégia para continuar sua

educação, já que não era socialmente aceito que uma mulher solteira tivesse um lar próprio. O acesso à educação, assim, mostra-se desigual, já que ela precisa se distanciar da comunidade originária para estudar. Diferentemente de Nnu Ego, a maternidade é natural para Adah e ela logo amplia sua família. Traça um plano de imigrar com a família para a Inglaterra, visando a melhores condições socioeconômicas e escolares para seus filhos. Contudo, dias antes da viagem, seu marido informa que irá sozinho para cursar o ensino superior, já que uma mulher não deveria sair da Nigéria – mesmo que ela fosse a provedora da família e financiasse a viagem dele.

A partir dessas informações, é possível enxergar duas semelhanças nítidas entre as vivências de Adah e Nnu Ego. A primeira é que seus contextos de origem deixavam os efeitos das discriminações interseccionais apagados, conforme defende Crenshaw (1989), porque as opressões que sofrem naqueles locais são intrínsecas à cultura que elas conhecem. Adah, por exemplo, possui grandes objetivos, mas só pode tentar alcançá-los após contrair matrimônio – e não há nenhuma figura que legitime a vontade de uma mulher para estudar, posto que essa não é a expectativa ideal para uma nigeriana nos anos 1960, época em que se passa a narrativa.

Tinha alguns planos vagos sobre o que ia fazer. Pretendia continuar estudando, pretendia frequentar a Universidade de Ibadan e estudar os clássicos, e no fim de tudo ia lecionar.

Bem, uma coisa ela não previra. Quem quisesse estudar para se formar, estudar para o exame de admissão ou mesmo estudar para obter mais notas “A” precisava ter uma casa. [...]

Adah não tinha como encontrar uma casa assim. Em Lagos, na época, os estudantes não podiam morar sozinhos e se, por acaso, para completar, esse adolescente fosse uma menina, viver sozinha significava ir atrás de encrenca. Em suma, Adah teria de se casar. (EMECHETA, 2018, p. 35)

Logo, mesmo não existindo uma força coercitiva para obrigá-la a casar, faltam opções para que a jovem possa gerenciar a própria vida. Portanto, a ausência de possibilidades e a limitação dos caminhos a seguir também configuram uma perda de direitos, mas que não é levada em consideração, posto que está normalizada na sociedade.

Quando se mudam para uma cidade maior, Nnu Ego precisa assumir uma função que Adah admite desde o princípio de sua história: sustentar a família. Culturalmente, espera-se que o homem nigeriano seja o provedor do lar, enquanto a mulher se ocupa com a casa e a criação dos filhos. Entretanto, em proporções diferentes, cabe às duas trabalhar fora de casa para alimentar a família.

3 Efeitos políticos, sociais e econômicos da maternidade

A relação das personagens com a maternidade e com o matrimônio impactam diretamente suas jornadas de pobreza. As duas acabam na mesma posição, liderando informalmente uma família numerosa, mas chegam a tal ponto por caminhos distintos. A articulação de Hill-Collins (2000) sobre imagens de controle como uma representação específica de gênero para pessoas negras justifica o aprisionamento dos comportamentos e dos corpos de Adah e Nnu Ego. Assim, são minimizados os processos de subjetivação dessas personagens – mesmo que a construção literária demonstre que as personagens são esféricas, a sociedade em que estão inseridas é incapaz de enxergá-las como tal.

Nesse sentido, Hill-Colins (2000) sobrepõe intersecções de raça, gênero e classe para teorizar acerca da imagem de matriarca, cuja característica marcante é a inabilidade de comportar-se de acordo com as expectativas de gênero. Assim, as mulheres negras que sustentam a família muitas vezes se perguntam se fizeram algo errado – questionamento que atordoia Nnu Ego e, principalmente, Adah, visto que seus parceiros homens não contribuem de forma suficiente para o provimento das necessidades do lar.

Os contextos laborais das duas famílias são diferentes. Nnaife, esposo de Nnu Ego, sempre trabalhou, mas em profissões de pouco prestígio e estigmatizadas como femininas. Durante todo o livro, Nnaife lavou roupas para colonizadores, apanhou bolas em um clube de golfe, cortou grama e alistou-se ao exército para lutar em uma guerra que não foi travada por seu povo. Além disso, era um mau administrador das próprias finanças e por vezes extrapolava o orçamento com bebida, fazendo com que Nnu Ego assumisse a gerência da economia doméstica.

Nnaife, apesar de acumular fracassos pessoais, permanece violento e exercendo poder sobre sua esposa. Dessa forma, nota-se que a imagem de controle proposta por Hill Collins (2000), que subsiste em uma regulação do comportamento da mulher negra e em uma influência sobre as identidades de gênero, serve para acorrentar Nnu Ego a uma vida desconfortável:

Enquanto voltava para o quarto, ocorreu a Nnu Ego que ela era uma prisioneira: aprisionada pelo amor por seus filhos, aprisionada em seu papel de esposa mais velha. Dela, não se esperava nem que pedisse mais dinheiro para a família; essa atitude seria considerada inferior ao padrão esperado de uma mulher em sua posição. Não era justo, ela achava, o modo como os espertos dos homens usavam o sentido de responsabilidade de uma mulher para escravizá-la na prática. (EMECHETA, 2018, p. 197)

Tais características também são encontradas na história de Adah, similarmemente impelida a trabalhar exaustivamente. Francis, seu marido, não se dedicava a nenhum ofício. Focado exclusivamente na própria educação, enquanto sua mulher trabalhava, sequer obteve êxito, já que foi reprovado inúmeras vezes em seus exames. Em um momento de necessidade, assume o posto de carteiro, mas não sem reclamar e culpar Adah por seus insucessos. Francis adquiriu hábitos britânicos, converteu-se religiosamente como testemunha de Jeová e deseja impor tais mudanças culturais a Adah – mas só as que podem ser benéficas a ele. Afinal, não abandona o ímpeto de bater na esposa, hábito aceitável em sua terra natal.

Ironicamente, diante da falta de assistência por parte de Francis, é possível alinhar a trajetória de Adah também à outra imagem de controle proposta por Hill Collins (2000): a de mãe próspera*. Essa classe específica designa mulheres pobres, da classe trabalhadora, que fazem uso de políticas públicas as quais têm direito para organizar sua dinâmica familiar.

Tal imagem de controle fornece uma justificativa ideológica – a de que a fertilidade de mulheres negras é incansável e necessita de recursos externos para sua sustentabilidade – para fomentar um preconceito. Após muita humilhação, com seus filhos doentes por terem sido delegados aos cuidados de uma mulher que permite brincadeiras na lata de lixo, Adah é discriminada por seus vizinhos, já que consegue vagas em uma creche para os filhos. Apesar de legalmente ter direito a tal benefício, a equidade é meramente formal, visto que a burocracia e as intersecções de raça e classe fixam obstáculos para a obtenção dessa política pública. Na prática, é um direito não atribuído às “cidadãs de segunda classe”.

A ação afirmativa conquistada mostra-se escassa, porque Adah permanece trabalhando muito, sofrendo xenofobia, racismo e violência doméstica. Contudo, a sociedade a enxerga como privilegiada. Hill-Collins (2000) demonstra que as mulheres encaixadas nessa imagem de controle parecem representar uma ameaça de custos à estabilidade política e econômica – mesmo que

* Tradução própria. A expressão original é “welfare mother”.

estejam apenas exercendo sua cidadania. Mesmo quando obtém um serviço de assistência de saúde de qualidade, outro benefício da esfera pública, Adah permanece com a sensação de aprisionamento:

As conversas ao seu redor continuaram zumbindo, zumbindo. Todas aquelas mulheres eram livres e felizes. [...] Adah sentiu vergonha de si mesma porque alguém, ela não sabia quem, decidira ridicularizá-la. Ela estava ali deitada, toda amarrada à cama com fios de borracha, exatamente como os minúsculos liliputianos haviam amarrado Gulliver. (EMECHETA, 2018, p. 161)

Portanto, tais estereótipos e imagens de controle sujeitam as mulheres fictícias em análise a vidas de extrema pobreza e infelicidade. Mesmo que Nnu Ego tenha desejado uma família prolfica, é aprisionada por ela, visto que o compromisso e o amor por seus filhos a fazem passar fome, bem como o dever de esposa mais velha a subordina a múltiplas humilhações. Adah também é manipulada por uma série de atributos que a comunidade – seja nigeriana, seja britânica – deseja infligir a ela, independentemente de sua vontade ou bem-estar.

Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2013), estudando os conceitos principais dos efeitos políticos e culturais do colonialismo, criaram o termo *post-colonial body*. De forma paradoxal, destacam que não existe o tal corpo pós-colonial, mas o corpo negro é central para discursos coloniais e pós-coloniais, já que esses corpos foram controlados por povos imperialistas – tendo como exemplo máximo a escravidão.

Nesse universo, convém ressaltar que o corpo negro – e seus sinais de diferença além da cor da pele, como cabelo e traços faciais – é subjugado por povos colonizadores mesmo após a independência dos países colonizados. Quando Adah e Francis estão em Londres e precisam alugar um apartamento, são negados por múltiplos proprietários meramente por causa de seus corpos de origem africana:

Fosse como fosse, Francis e Adah precisavam ir atrás de outro lugar para morar. [...] Durante os dias e semanas que se seguiram, ela perguntou aos colegas de trabalho se sabiam de algum lugar. Lia e relia todos os anúncios exibidos nas vitrines das lojas. Quase todos esses anúncios incluíam o aviso “Desculpem, pessoas de cor não serão aceitas”. Sua busca de casa ficava

† Tradução própria. O termo original é “post-colonial body”.

ainda mais difícil porque era negra; negra, com dois filhos pequenos e grávida de mais um. (EMECHETA, 2018, p. 104)

Desse modo, ficam visíveis os efeitos do racismo, de forma plural, porque os dois são rejeitados de todo imóvel que buscam alugar. Todavia, fica aparente também um problema que recai exclusivamente sobre Adah: a responsabilidade sobre os filhos e outra limitação imposta pela maternidade.

Nesse sentido de aprisionamento feminino, Kilomba (2019) pontua que a mulher é enxergada pela perspectiva masculina em uma escala de subordinação. Ou seja, enquanto o homem é a figura principal, a mulher é o outro. Mais do que isso, Kilomba (2019) descreve a mulher negra como “o outro do outro”, porque contradiz o padrão dominante em três camadas: por não ser homem, por não ser branco e por não ser um homem negro. Ou seja, a mulher negra sofre violências a partir de muitos sujeitos e olhares, fazendo com que a sua identidade seja deixada em último plano.

Na narrativa ficcional, é possível traçar um paralelo entre a escrita de Emecheta (2018) e Kilomba (2019). Afinal, os homens negros também são vítimas de opressão, mas ainda alcançam uma posição mais confortável na hierarquia social do que as mulheres negras. Nnaife, personagem de *As alegrias da maternidade* (2018), é um sujeito minimizado pelos efeitos das políticas de autoridades estrangeiras sobre seu país, posto que toda sua realidade laboral e religiosa esteve ligada aos ideais pregados por patrões imigrantes. Ao exercer funções subalternas para o povo colonizador e abdicar de costumes nativos para professar a religião cristã, Nnaife tem sua cultura deslegitimada. Ainda, outros elementos que podem provocar ascensão social são negados a ele, enquanto homem subjugado ao colonialismo, como educação de qualidade e políticas públicas inclusivas.

Francis, de *Cidadã de Segunda Classe* (2018), é mais instruído do que Nnaife, mas suas condições não são menos opressoras. Morando na Europa, Francis conhece o racismo estrutural e passa a introjetar a ideia de que merece menos do que os cidadãos brancos. Faz concessões de seus costumes e deixa de reconhecer a própria ancestralidade para tentar se encaixar em um modelo coletivo mais aceito. Porém, quando Adah conquista atributos comumente oferecidos apenas a famílias brancas, Francis volta a encarar as mesmas discriminações. Logo, Nnaife e Francis são vítimas de uma única antítese social descrita por Kilomba (2019): a ausência de

branquitude. O racismo sofrido por eles é agravado pelas decorrências do pós-colonialismo e da imigração, mas não são vítimas de opressão devido a outras intersecções, como suas esposas.

O lugar de “o outro do outro”, proposto por Kilomba (2019), é ocupado plenamente por Nnu Ego. Em sua trajetória, não escolhe o próprio marido, é rejeitada pela própria comunidade ao não conseguir engravidar, é enviada para casar com um homem por quem sente repulsa, sofre violência doméstica e, por fim, é negligenciada por seus filhos. Tais opressões são culturalmente destinadas a pessoas do sexo feminino, retirando sua autonomia. Inobstante, Nnu Ego não sofre racismo explícito, porque está situada em uma realidade de maioria negra absoluta. Todavia, os sistemas seculares de racismo institucional impedem a mobilidade social e o acesso da população negra a mecanismos de inclusão, como a educação. Então, Nnu Ego encontra-se presa a uma realidade de serviços braçais, pobreza extrema e discriminação de gênero, chegando a apanhar até quando está grávida, conforme o seguinte trecho:

Nnaife perdeu a paciência e golpeou a cabeça dela com o violão. Nnu Ego começou a ofendê-lo com insultos, aos gritos: “Você é um homem preguiçoso, não tem sensibilidade! Não tem vergonha na cara. Se bater em mim outra vez, chamo os soldados lá fora. Você não tem vergonha?”. Nnaife fez menção de golpeá-la de novo, mas se conteve quando Oshia começou a uivar de medo. Virou-se para olhar a criança apavorada e, naquela fração de segundo, Nnu Ego ergueu a vassoura e bateu com força no ombro dele, depois correu, passando ao lado de Nnaife e puxando Oshia aos berros.

“Vá arrumar um emprego, homem! Que pai é esse seu, que você acha que pode chegar aqui e me bater, só porque estamos muito longe de tudo?”.

Nnaife não foi atrás dela. Desmoronou numa cadeira, esfregando o ombro. “Se eu continuo vivendo com uma doida, ainda mato essa mulher...”, murmurou para si mesmo. [...] (EMECHETA, 2018, p. 132)

É possível colocar as vivências de Nnu Ego em contraste com as de Adah, posto que ambas cabem no espaço de “o outro do outro”. Em alguns momentos, as violências sofridas por ambas se assemelham, como quando são humilhadas e agredidas pelos maridos. Entretanto, em outras situações, urge destacar as particularidades de cada vivência. Adah, por exemplo, é a única a quem é imposto o controle de natalidade. Em um primeiro momento da narrativa, quando chega a Londres, seu marido a obriga a consultar um médico para adotar métodos contraceptivos. Posteriormente, quando Francis vira Testemunha de Jeová e o casal já possui três filhos, ela deseja implementar práticas contraceptivas, mas para isso, precisa de autorização do seu marido.

Ciente da recusa de Francis, Adah manipula a documentação para conseguir um diafragma. Entretanto, quando seu marido descobre, Adah é humilhada e espancada:

Dali a pouco já era meia noite e estourou a briga que Adah tanto temia. [...] Adah se dava conta da gravidade do que havia feito; Aquilo significava que ela poderia receber outros homens pelas costas dele, porque como ele ia saber que ela não ia fazer exatamente isso se era capaz de arrumar aquela coisa sem o conhecimento dele; Francis gritou para que todos os outros moradores da casa virem até a casa deles ouvir aquela novidade incrível – como a inocente Adah, que viera para Londres não mais que um ano antes, se tornara daquele jeito. Adah ficou feliz quando Pa Noble subiu, porque pelo menos assim Francis parou de espancá-la. Estava atordoada de dor, sua cabeça vibrava. (EMECHETA, 2018, p. 211)

Portanto, Kilomba (2019) é certa ao apontar as várias antíteses que fundamentam as violências contra as mulheres negras, visto que mesmo os homens negros, marcados pelo racismo, ainda podem exercer poder sobre mulheres negras. Desse modo, verifica-se que Adah e Nnu Ego são oprimidas pelas mesmas causas, razões de raça e gênero, mas nem sempre da mesma forma. A violência doméstica e a sensação de não pertencimento ao local onde estabelecem morada são pontos convergentes de discriminação na jornada das duas personagens. Todavia, não são os únicos, já que há formas de violência que apenas uma ou outra vivência, como o controle de natalidade imposto a Adah.

4 Escritoras negras e seus recortes antropológicos ficcionais

Certamente, a constituição de personagens plurais, que destoam dos clichês comumente destinados às personagens femininas, demonstra a vontade da autora de se desvencilhar do cânone ocidental. Construindo um princípio afrocentrista que concentra-se nas experiências femininas, Hudson-Weems (2019) cunhou o termo *Africana Womanism*, que se aplica ao estudo das obras *As alegrias da maternidade* (2018) e *Cidadã de Segunda Classe* (2018).

Buscando evidenciar a realidade das mulheres afrodescendentes, Hudson-Weems (2019) ressalta que a realidade dessas pessoas não é abrangida pelo feminismo tradicional ou pelos intelectuais africanos. São alguns dos conceitos-chaves para *Africana Womanism*: autodefinição, automeação, centralização familiar, adaptabilidade, autenticidade, reconhecimento, respeito e ambição. É interessante observar que apenas alguns são aplicáveis

às vidas de Adah e Nnu Ego, como a adaptabilidade com a qual se estabeleceram em novas culturas e a ambição de Adah por uma ascensão social alavancada pela educação.

De forma geral, os princípios do *Africana Womanism*, como uma companhia masculina positiva e flexível, estão ausentes nas trajetórias de Adah e Nnu Ego. Mesmo que as personagens não tenham vivenciado plenamente a harmonia de tal movimento, com uma rede de apoio composta por outras mulheres negras, urge destacar que a pura existência de ficções com mulheres africanas em posição central é um manifesto para corroborar a cultura africana no mundo a partir de suas próprias experiências.

A própria Emecheta (1988), em texto teórico-crítico, tenta distanciar-se de grandes questões ideológicas, resumindo sua escrita apenas à ficção escrita sob a ótica da mulher africana. Dispensa a visão ocidental de escritor vocacionado, assumindo o papel de escritora comum, que sente necessidade de escrever para manter a saúde mental. De fato, não são explicitamente propostas complexas reflexões academicistas na obra ficcional de Emecheta. Todavia, ao genuinamente aprofundar-se no cotidiano de mulheres africanas, que não possuem representatividade suficiente, Emecheta realiza uma escrita política.

Considerações finais

A apreciação dos romances permite compreender que a gama invisível de opressões interseccionais proposta por Crenshaw (1989) atinge tanto Nnu Ego quanto Adah, que são altamente discriminadas e os demais membros da comunidade em que estão inseridas não valorizam a dor das personagens. Além disso, notou-se que as personagens nem sempre sofrem as mesmas formas de abuso, mas essas opressões são provocadas pelos mesmos fatores – raça, classe e gênero. No caso de Adah, a xenofobia é somada às causas.

Também é possível identificar, na literatura de Emecheta, personagens presas às imagens de controle propostas por Hill-Collins (2000). Adah e Nnu Ego são provedoras de seus lares, mas não detêm poder sobre as escolhas da família e ainda sofrem violência doméstica. Nesse sentido, tal subordinação imposta a elas por homens negros corrobora a ideia de Kilomba: a mulher negra é o outro do outro, por não ser homem, não ser branco e não ser um homem negro.

De fato, por vezes, as experiências de Adah e Nnu Ego são miseráveis, aprisionadas pela pobreza e pela maternidade. Todavia, a representação dessas vivências por Emecheta permite

que a cultura africana seja colocada no mundo de forma mais fiel, a partir das experiências de seu próprio povo – e não repetindo uma narrativa desconexa aos costumes reais. Ainda, utilizar um aporte teórico que estima os estudos interseccionais oferece novas possibilidades para o reconhecimento da humanidade compartilhada entre as mais distintas sociedades.

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: Não é aplicável.
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: Não é aplicável.
Contribuições dos autores: Conceitualização, Curadoria de dados, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Supervisão, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: MENDES, Maria Elizabeth Peregrino Souto Maior. Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Software, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: PEREIRA, Ana Clara Velloso Borges.

Referências

- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. Post-colonial studies: The key concepts. New York: Routledge, 2013.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989.
- EMECHETA, Buchi. As alegrias da maternidade. Porto Alegre: Dublinense, 2018.
- EMECHETA, Buchi. Cidadã de Segunda Classe. Porto Alegre: Dublinense, 2018.
- EMECHETA, Buchi. Feminism with a Small 'f'. In Petersen, Kirsten Holst. Criticism and Ideology: Second African Writers' Conference, Scandinavian Institute of African Studies, 1988, p.173-85.
- HILL-COLLINS, Patricia. Black Feminist Thought. New York: Routledge, 2000.
- HUDSON-WEEMS, Clenora. Africana womanism: Reclaiming ourselves. New York: Routledge, 2019.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.